

HABEAS CORPUS Nº 493.987 - MG (2019/0046246-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : AMANDA MELO DE ALMEIDA E SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : GUILHERME SOUZA VICTOR DE CARVALHO -
MG168204
AMANDA MELO DE ALMEIDA E SILVA - MG154661
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS
PACIENTE : ANDERSON LESSA MEDEIROS (PRESO)
PACIENTE : PAULO ROBSON PEREIRA SILVA (PRESO)

DECISÃO

ANDERSON LESSA MEDEIROS e PAULO ROBSON PEREIRA SILVA alegam sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no HC n. 1.0000.18.132357-7/000.

Requerem, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, por considerar inidônea a motivação adotada para converter sua prisão em flagrante, pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, em custódia preventiva.

Indefiro o pedido liminar.

Em análise perfunctória - inerente a esta fase processual -, noto que, ao converter o flagrante em prisão preventiva, o Juízo de primeiro grau consignou que "**os autuados são Policiais Militares, agentes públicos responsáveis pelo policiamento ostensivo**, que deveriam resguardar pela incolumidade pública e paz social, o que denota maior reprovação das condutas a eles imputadas" (fl. 459, destaquei). Além disso, o *decisum* em exame ressaltou "a **crueidade** em tese aplicada na execução do crime, utilizando-se [...] de **arma de fogo de grosso calibre**" (fl. 460, grifei).

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva dos réus, diante do fato de serem policiais militares e o modus operandi empregado.**

Por fim, faço lembrar que o exame da suposta ausência de indícios suficientes da autoria delitiva demandaria ampla dilação probatória,

incompatível com a via estreita do habeas corpus.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, bem como à autoridade apontada como coatora, notadamente a respeito da eventual prolação de decisão de pronúncia ou concessão de liberdade provisória aos réus, com o envio de cópia do ato decisório, **via malote digital**.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

